

# DIÁLOGOS ENTRE MÁRIO MAGALHÃES E JOSUÉ DE CASTRO: A QUESTÃO ‘SAÚDE E DESENVOLVIMENTO’ NOS ANOS 1950 E 1960

*Isabelle Maria Mendes de Araújo*<sup>1</sup>  
*Heloísa Maria Mendonça de Moraes*<sup>2</sup>

## Introdução

O cenário do pós Segunda Guerra Mundial impeliu Estados e governos a programar suas intervenções na sociedade. Nos países centrais, as tecnologias sociais foram partes decisivas da implantação dos chamados Estados de bem-estar social. Nos demais países, países subdesenvolvidos do continente americano, inaugurava-se a era do desenvolvimento, sob o signo do planejamento em larga escala. Neste movimento as organizações internacionais teriam um papel fundamental, sobretudo pela generalização das práticas de assistência técnica, transferência de tecnologias e cooperação<sup>3</sup>.

Essas dimensões relativas às novas tecnologias e aos novos conhecimentos sobre a estrutura e funcionamento das sociedades humanas, ao desenvolvimento econômico e às políticas sociais, fizeram emergir diferentes e conflitantes projetos de organização da vida social, os quais moldariam, nas décadas de 1950 e 1960, o cenário em que surgiriam diferentes percepções acerca das relações entre saúde e desenvolvimento. Em cada contexto específico, em cada país, as políticas de saúde em muito dependeriam da forma pela qual esses processos se articulavam<sup>4</sup>.

No Brasil este debate da relação entre saúde e desenvolvimento foi também um tema polêmico de modo que não houve consenso entre os pensadores sanitaristas do período. Um de seus pensadores mais expoentes, o médico Mario Magalhães da Silveira, colocava que a fim de incrementar a renda *per capita* da população e, assim, aumentar o consumo de bens em saúde, não bastava o financiamento de serviços de saúde, se fazia necessário o auxílio ao desenvolvimento econômico. Ele apontava para um caminho nacionalista do desenvolvimento com ações articuladas à realidade brasileira, foi o grande articulador do sanitarismo desenvolvimentista<sup>5</sup>. Outra corrente de sanitaristas defendia, todavia, unicamente ações de saúde para ser resolvida a pobreza, de modo que se pretendia alcançar o

<sup>1</sup> Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-Mail: <isabellesaudelivre@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas. Docente da Pós Graduação Integrada em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco. E-Mail: <heloisa@link.com>.

<sup>3</sup> PIRES-ALVES, Fernando A. & PAIVA, Carlos Henrique Assunção. “Pós-guerra, Estado de bem-estar e desenvolvimento”. In: PONTE, Carlos Fidelis & FALLEIROS, Ialê (orgs.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p. 153-158.

<sup>4</sup> PIRES-ALVES & PAIVA, “Pós-guerra, Estado...”.

<sup>5</sup> ESCOREL, Sarah. *Saúde pública: utopia de Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

mesmo nível de saúde de países ricos priorizando gastos na estrutura de serviços de saúde como naqueles países. Nessa visão destacaram-se alguns sanitaristas do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), órgão público financiado pela Fundação Rockefeller<sup>6</sup>.

O chamado sanitarismo desenvolvimentista de meados dos anos 1950 no Brasil, integrou-se fortemente ao ideário nacional-desenvolvimentista daquele momento, havendo uma importante assimilação das ciências sociais, humanas, economia ao pensamento da saúde, concebendo o desenvolvimento econômico com *conditio sine qua non* para o processo de mudanças na saúde pública do país. Lima, Fonseca e Hochman<sup>7</sup> salientam pelo menos três nomes associados às origens de um discurso crítico na área, a saber, Samuel Pessoa, Mário Magalhães e Carlos Gentile de Mello. A esse grupo pode-se incorporar também a figura de Josué de Castro, por seu olhar sócio-político-econômico para o fenômeno da fome e pela produção textual em torno das questões sócio-sanitárias a partir do recorte do desenvolvimento ou da discussão de projeto de nação.

Desse modo, neste artigo objetiva-se analisar as concepções teóricas sobre a questão “saúde e desenvolvimento” no pensamento sanitário de Mário Magalhães e Josué de Castro nos anos 1950 e 1960 ao sistematizar as seguintes ideias-chave: saúde pública, desenvolvimento econômico, industrialização e relação campo e cidade; as quais estiveram articuladas na defesa de um projeto de nação brasileira em interface com a questão do desenvolvimento.

As fontes históricas utilizadas neste trabalho foram a “Política nacional de saúde pública. A Trindade Desvelada: economia - saúde – população”<sup>8</sup>, único livro que sistematiza textos da autoria de Mário Magalhães da Silveira, e “A Estratégia do Desenvolvimento”<sup>9</sup> e “Geografia da fome”<sup>10</sup> ambos de Josué de Castro. Tais fontes possibilitaram a sistematização das categorias de análise supracitadas no exercício metodológico da hermenêutica-dialética<sup>11</sup>, consolidando, assim, a revisão literária crítica.

## Por um projeto de desenvolvimento para o Brasil

Ao percorrer o cenário brasileiro dos anos 1950 e 1960, observando as disputas

<sup>6</sup> BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sérgio Goés de. *Saúde e previdência: estudos de política social*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. CAMPOS, André Luiz Vieira. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

<sup>7</sup> LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M. O. & HOCHMAN, Gilberto. “A saúde na construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em perspectiva histórica”. In: LIMA, Nísia Trindade; GERSCHMAN, Sílvia; EDLER, Flávio Coelho & SUÁREZ, Júlio Manuel (orgs.). *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

<sup>8</sup> SILVEIRA, Mário Magalhães. *Política Nacional de Saúde Pública - A trindade desvelada: economia – saúde – população*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

<sup>9</sup> CASTRO, Josué de. *A Estratégia do desenvolvimento*. Lisboa: Cadernos Seara Nova, 1971.

<sup>10</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro - pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

<sup>11</sup> MINAYO, Maria Cecília & DESLANDES, Suely Ferreira (orgs.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

políticas em torno do projeto de Desenvolvimento para o país, bem como as discussões teórico-ideológicas do pensamento econômico, pode-se apreender a emergência de diversas temáticas. A superação do subdesenvolvimento, da pobreza, a industrialização, as reformas estruturais, as desigualdades regionais, dentre outras, foram temas que preocuparam governos e intelectuais.

Segundo Bielschowsky<sup>12</sup>, para a compreensão do conceito de desenvolvimentismo, é necessário entendê-lo como um projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado; e também como ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, a qual se tornaria hegemônica na segunda metade dos anos 1950.

Nessa direção, a presente artigo pode sistematizar ideias-chave a partir do pensamento de Mário Magalhães e Josué de Castro. De modo que há uma reflexão de elementos em torno da questão do Desenvolvimento propostos pelos autores, a saber, a saúde pública, a industrialização e a relação campo e cidade.

### ***A questão da saúde pública***

Jonh Farley<sup>13</sup>, ao abordar estudos que relacionavam saúde e desenvolvimento no campo internacional, posteriores à Segunda Guerra Mundial, associa uma série de pêndulos conceituais. Destaca o movimento pendular: 1) Entre a crença de que o controle ou mesmo a erradicação das doenças transmissíveis seria um pré-requisito para o desenvolvimento econômico-social e a convicção de que, embora o controle seja necessário, o desenvolvimento socioeconômico é pré-requisito para a melhoria da saúde; 2) Entre a crença de que campanhas contra as doenças deveriam ser dirigidas verticalmente contra cada doença específica e impostas de fora, e a crença de que as campanhas contra as doenças deveriam ser dirigidas horizontalmente em relação a um conjunto de doenças e produzir condições básicas de infraestrutura sanitária; 3) No campo do desenvolvimento, o pêndulo estaria entre oscilações de defensores da ideologia do “desenvolvimento” e aqueles que acreditavam que o sistema internacional cria e perpetua o subdesenvolvimento para países pobres, tornando-os preso a um sistema permanente de desigualdade.

Desse modo, busca-se compreender a percepção dos intelectuais médicos estudados sobre a questão da saúde pública relacionada ao tema do desenvolvimento.

Silveira<sup>14</sup>, ao buscar uma conceituação para saúde, expressa que o estudo do problema de saúde do homem é complexo, tendo como uma das causas as múltiplas definições de saúde. Diz que as perturbações de saúde que incidem nas populações vêm variando através dos tempos e, para uma mesma época, variam de país a país, de acordo com as respectivas estruturas econômicas, e mais:

*O homem tem necessidades que são anteriores às*

<sup>12</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

<sup>13</sup> FARLEY, John. *To cast out disease: a history of the International Health Division of the Rockefeller Foundation (1913-1951)*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 284-285.

<sup>14</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*

*ordens médico-sanitárias, as consideradas necessidades fundamentais: alimentação, habitação ou abrigo e vestuário. Sem atendimento destas necessidades a utilização das conquistas médicas poderá resolver um grande numero de problemas, inclusive conservar a vida; não dará, entretanto, saúde, porque saúde é muito mais do que a simples ausência da doença.*<sup>15</sup>

De acordo com o autor, o aproveitamento da força de origem não muscular tornou possível, pelas suas múltiplas consequências, todo o conforto, bem-estar e excelentes condições sanitárias de que desfrutaram as populações que desenvolveram seus meios de produção.

A preocupação de Silveira versou sobre a economia dos países dependentes, como a do Brasil, e o seu processo de desenvolvimento econômico, colocando a necessidade da observação de tal processo para haver reais mudanças sanitárias:

Os sanitaristas dos países subdesenvolvidos devem integrar os programas de atividades médico-sanitárias ao contexto das nossas condições socioeconômicas, demonstrando que a saúde das populações estará sempre na dependência do desenvolvimento da nossa economia.<sup>16</sup>

O médico-sanitarista propõe, então, ações estratégicas para a saúde pública do Brasil, modelo no qual o planejamento deveria ser baseado na realidade do país: a) promoção de programas que beneficiassem o maior número possível de pessoas com as menores despesas possíveis, através do ataque aos grandes problemas de massa de saúde pública; b) utilização máxima das conquistas da ciência e da técnica com o objetivo de diminuir a mortalidade no Brasil; c) utilização das normas de saúde pública com os instrumentos suficientes para auxiliar o desenvolvimento econômico, evitando o desperdício de recursos em atividades que, devido a sua alta especialização ou alto custo, não dão resultados satisfatórios em termos de numero de pessoas beneficiadas; d) estabelecimento de normas de estudo e pesquisa da chamada medicina colonial, problemas peculiares dos países desenvolvidos; e) treinamento de pessoal ajustado à realidade brasileira; f) nacionalização da indústria farmacêutica, da indústria química e da indústria de equipamentos médico-hospitalares.

E, a principal tese de Mário Magalhães versou sobre a compreensão de que a saúde era uma questão de superestrutura. Tese que parece estar associada, nos termos de Marx<sup>17</sup> (Gomes, 2005), à dinâmica da esfera social como o direito, a política, a ideologia, o Estado; de modo que sua possibilidade de transformação é determinada pela mudança à nível da infraestrutura, ou seja, da mudança na base do modo de produção, base econômica. Desse modo, sua síntese é a saúde como

<sup>15</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*, p. 66.

<sup>16</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*, p. 109.

<sup>17</sup> GOMES, Vicente. "O vínculo entre infraestrutura e superestrutura na perspectiva contemporânea". *Cadernos Cemarx*, vol. 2, n. 2, 2005, p. 127-134.

um bem de consumo, de modo que a população poderá acessá-lo, consumi-lo, a partir do produto real das riquezas produzidas e redistribuídas pela Nação.

Josué de Castro levanta em “Geografia da Fome” (1984) que deveria-se associar a relevância da superação da fome e da produção alimentar não estritamente ao interesse econômico, mas, sobretudo, ao interesse da saúde pública, e afirma que

*Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos — dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos — e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública.<sup>18</sup>*

Ou seja, a fome e a produção alimentar deveriam ser de interesse da saúde pública. Para o intelectual era urgente a elevação dos índices de produtividade no Nordeste do Brasil a fim de melhorar os níveis de saúde da população e diminuir a incidência das endemias regionais por carências nutricionais.

Em relação aos programas assistenciais da saúde pública, ele observava que embora absolutamente imprescindíveis, não teriam resultados duradouros nem objetivos sociais a longo prazo se não fossem tomadas medidas paralelas a fim de modificar a infraestrutura econômico-social e as condições alimentares das populações<sup>19</sup>. As questões socioeconômicas eram determinantes para a saúde.

Desse modo, pode ser evidenciada a sintonia entre Josué de Castro e Mário Magalhães na perspectiva relacional entre a questão da saúde pública e a questão econômica, ambos defendiam que mudanças na estrutura econômica eram necessárias e fundamentais para modificar o quadro sanitário brasileiro, como exclamava Mário Magalhães “a saúde pública é uma questão de superestrutura”.

Assim, retomando o pêndulo proposto por Farley, pode-se concluir que o ideário sanitário-desenvolvimentista<sup>20</sup>, observado em Mário Magalhães e Josué de Castro, movimentou-se na convicção de que, embora o controle das doenças fosse necessário, o desenvolvimento socioeconômico era pré-requisito para a melhoria da saúde, de que as campanhas contra as doenças deveriam ser dirigidas horizontalmente em relação a um conjunto de doenças e produzir condições

<sup>18</sup> CASTRO, *Geografia da fome...*, p. 21.

<sup>19</sup> CASTRO, *Geografia da fome...*

<sup>20</sup> LABRA, Maria Eliana. “1955-1964: o sanitarismo desenvolvimentista”. In: TEIXEIRA, Sonia Fleury (org.). *Antecedentes da reforma sanitária*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1988, p. 09-36. LIMA, Nísia Trindade. “O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história em três dimensões”. In: FINKELMAN, Jacobo (org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2000, p. 23-116. 2006. SILVA, Maria Patrícia da. *Desenvolvimento e saúde: dimensão social do projeto Montes Claros*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2010.

básicas de infraestrutura sanitária, e, de que o sistema internacional cria e perpetua o subdesenvolvimento para países pobres, tornando-os presos a um sistema permanente de desigualdade.

### ***A questão do Desenvolvimento***

O pensamento econômico brasileiro, segundo estudo de Bielschowsky<sup>21</sup>, iniciado nos anos 1930, versou sobre a ideologia do “desenvolvimentismo”, entendida como a ideologia de transformação da sociedade brasileira, via industrialização integral, e planejamento do Estado para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento.

Em relação a este pensamento econômico nos anos 1950 e 1960, o autor sistematiza diferentes correntes desenvolvimentistas, as quais travavam debate sobre as questões: subdesenvolvimento x desenvolvimento, a questão campo e cidade e da industrialização. Desse modo, buscou-se correlacionar o pensamento dos sanitaristas estudados à corrente de pensamento desse período.

Para Silveira<sup>22</sup>, a perspectiva do desenvolvimento econômico fora colocada em relação às modificações históricas trazidas à vida do homem pelas descobertas científicas e as melhorias em suas condições de bem-estar.

Para o autor, de um modo geral, a revolução industrial significou a utilização, para o desenvolvimento da capacidade produtiva do homem, de fontes de energia outras que não a simples força muscular do homem. “*Foi somente com um aumento da produtividade, resultante da substituição da energia muscular pela mecânica, e com a conseqüente liberação da mão-de-obra das atividades agrícolas, que foi possível criar e desenvolver os serviços que visavam o melhoramento das condições de saúde da população*”, sintetiza Silveira<sup>23</sup>.

Segundo Mário Magalhães, o Brasil só poderia despender recursos, assim como os EUA fizeram em suas redes sanitárias, quando desenvolvesse uma política adequada de desenvolvimento econômico e elevasse o padrão de vida do povo brasileiro a partir do aumento de sua produtividade. “No Brasil, por motivo do subdesenvolvimento, a população tem renda média baixa e para se alimentar mal é obrigada a gastar mais de 50% do total dos seus recursos”<sup>24</sup>.

Além disso, salienta também que a vida média provável de uma população obedece à condição do desenvolvimento econômico variando de estado para estado, de país para país. Devendo-se, pois, à urbanização, à industrialização, aos progressos da medicina e às novas invenções, desenvolvidas a partir do sec. XIX, o constante aumento da vida provável da população. No Brasil nos anos 40, a população não atingia nem 42 anos de vida média, de modo que esse seria um dos critérios para denominá-lo de país subdesenvolvido, ou seja, a sua baixa vida média se comparada a outros países.

Em suma, para Mário Magalhães a questão do desenvolvimento econômico do Brasil, a partir da industrialização, seria o único meio de elevar os níveis de vida do povo brasileiro. De modo que as condições sanitárias, educacionais, assistenciais

<sup>21</sup> BIELSCHOWSKY, *Pensamento econômico...*

<sup>22</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*

<sup>23</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*, p. 100.

<sup>24</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*, p. 105.

só se desenvolveriam quando fossem desenvolvidos os elementos fundamentais de subsistência do homem, nas palavras de Silveira o “desenvolvimento das bases materiais do povo brasileiro”.

Nesta abordagem podem ser destacadas pelo menos duas concepções político-econômicas que influenciam seu pensamento, a saber: a compreensão de que desenvolvimento econômico é um crescimento econômico com elevação de poder de compra da população; e que o mesmo necessariamente poderia influenciar a melhoria do nível de vida da população a partir do aumento do consumo. Nessa direção, o sanitarista fará um diálogo com um importante teórico brasileiro, o economista Celso Furtado, como será retomado mais adiante.

Por outro lado, Josué de Castro relata que desde a II Guerra Mundial a riqueza das nações passa a ser o resultado de certas circunstâncias históricas que conduziram os diferentes países a organizar suas forças de produção em níveis diversos. Assim, “certos países beneficiaram-se de circunstancias históricas para se desenvolverem e enriquecerem, enquanto outros sofreram coações que os impediram de atingir o limiar do desenvolvimento econômico-social<sup>25</sup>”.

Segundo o autor, a base da estratégia para o desenvolvimento implica a compreensão de sua noção enquanto concepção do homem e da sociedade, a qual desabrocha inevitavelmente numa opção de política:

*Sem uma política de desenvolvimento válida, que englobe todo um conjunto de medidas em todos os sectores da vida e em cada nível de responsabilidade, do indivíduo à comunidade universal de todas as nações, não se obterá jamais o equilíbrio econômico do mundo pela reabsorção do problema do subdesenvolvimento.<sup>26</sup>*

Na verdade, o subdesenvolvimento não é a ausência do desenvolvimento mal conduzido. É a concentração abusiva da riqueza sob a forma de colônias políticas diretas ou de colônias econômicas, diz Castro. Para ele, subdesenvolvimento: é desnível econômico, é disparidade entre os índices de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço sócio-geográfico de uma Nação.

Em face das limitações do crescimento econômico da riqueza como solução dos problemas mundiais, baseada na maximização da produção, nasceu um outro mito: o do desenvolvimento baseado na otimização da utilização dos recursos naturais do homem. A tese do intelectual é de que o verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento do homem:

*O homem é fator e beneficiário do desenvolvimento. É o cérebro do homem a fábrica de desenvolvimento. É a vida do homem que deve desabrochar pela utilização dos produtos postos à sua disposição pelo desenvolvimento.<sup>27</sup>*

<sup>25</sup> CASTRO, A estratégia do desenvolvimento, p. 07.

<sup>26</sup> CASTRO, A estratégia do desenvolvimento, p. 11.

<sup>27</sup> CASTRO, A estratégia do desenvolvimento, p. 21

No complexo processo do desenvolvimento estariam incluídos aspectos positivos e negativos. Por exemplo, no desenvolvimento tecnológico o homem se liberta de muitas coações da natureza, por outro lado, torna-se cada vez mais prisioneiro de outros tipos de coerções. Desta forma, desenvolvimento não significa liberdade. O homem é prisioneiro de uma teia mecânica, próprio símbolo da civilização industrial ou pós-industrial em que já não existe a liberdade de escolher porque se está sempre sendo arrastado pela engrenagem. As contradições do desenvolvimento são múltiplas. Desenvolvimento significa ao mesmo tempo mutação e disciplina, sendo que a disciplina muitas vezes impede a mutação. Seria o conservantismo das sociedades que alcançaram um alto grau de desenvolvimento e passam a combater o desejo de transformação. O progresso desigual nos diferentes setores da vida humana é uma das causas da grave crise do mundo contemporâneo, reflete Castro<sup>28</sup>.

Josué de Castro defende como condição prévia ao desenvolvimento equilibrado do mundo o desenvolvimento do homem – a formação de homens capazes e responsáveis para estabelecerem um verdadeiro diálogo entre os dois mundos, o da abundância e o da pobreza.

Neste ponto sobre o caráter do Desenvolvimento, é observado que ambos os intelectuais partem de premissas diferentes. Mário Magalhães parte da premissa de que o desenvolvimento das condições materiais levaria ao desenvolvimento de outras condições humanas, como a educação, saúde; enquanto Josué de Castro, parte da ideia de que o desenvolvimento do homem, na perspectiva da formação humana, potencializaria o desenvolvimento de outras condições materiais, como o equilíbrio da economia do mundo.

Ambos apontam para um horizonte de transformação ao observarem uma realidade problemática. Mário Magalhães na leitura da realidade brasileira, dos países subdesenvolvidos propõe que apenas com o desenvolvimento das forças produtivas, seria possível o desenvolvimento de outras áreas e o consumo de bens, por exemplo, a população poder *comprar* saúde. Josué de Castro, no ensaio “Estratégia do Desenvolvimento”, faz uma leitura crítica-humanista, compreendendo que a revolução industrial, ou o momento das relações capitalistas, não resolveu o problema da humanidade, gerando profundos dilemas e que um ideal de formação humana seria fundamental ao processo da superação das desigualdades sociais. Embora Josué tenha sido um importante intelectual em relação à questão da fome, compreendendo sua resolução em dimensões sócio-econômicas, tal como via a reforma agrária; nesse último ensaio publicado em vida, todavia, o pensador parece buscar, para além da dimensão material, um sentido ideal de liberdade/desenvolvimento para o homem.

### **A questão** da industrialização

Os anos do desenvolvimentismo mantiveram a lógica de organização do modelo político em vigor para a saúde, mas o processo de industrialização, como uma forma de superação do atraso e da pobreza brasileiros, gerou riqueza e mobilizou

---

<sup>28</sup> CASTRO, *A estratégia do desenvolvimento*.



recursos, o que levou a mudanças concretas nas cidades e novas demandas para o sistema previdenciário e para a saúde pública. A partir de então, as políticas de saúde configuraram-se um importante instrumento do Estado, não mais apenas pelo controle a ser exercido no espaço de circulação dos produtos e do trabalhador, mas principalmente pelo quantitativo de recursos que passou a mobilizar – posto de trabalho, indústrias (de medicamentos, de equipamentos), ensino profissional, hospitais, ambulatórios e tantos outros<sup>29</sup>.

Nessa discussão os autores por vezes convergem, por vezes divergem.

Em 1957, no texto “A participação da indústria na renda nacional”, Mário Magalhães<sup>30</sup> aponta que a questão do desenvolvimento da indústria nacional foi encarada de diferentes maneiras por distintos setores econômicos brasileiros.

De um lado, os que procuraram por todos os meios incentivar o seu ritmo, reconhecendo-o como único caminho para a solução dos problemas ligados à independência nacional, ao melhoramento dos níveis de vida da população e à complementação da revolução demográfica, sendo que desta última deveria forçosamente decorrer uma acentuada diminuição das elevadas taxas de mortalidade e de natalidade.

De outro lado, aqueles que pensando ainda em termos de “Brasil essencialmente agrícola” consideravam o atual ritmo de crescimento da indústria como a causa de todos os males verdadeiros ou imaginários que afligiam o país. Para justificar esta tese afirmavam que o desenvolvimento industrial trazia um protecionismo exagerado, que resultava em sacrifício de toda a população e aniquilamento da agricultura.

Frente a essa discussão, o autor apontava que “sob todos os aspectos examinados a agropecuária ao contrário do que vem sendo afirmado só tem vantagem com o processo de aceleração do desenvolvimento industrial do país”<sup>31</sup>.

E, ao analisar a situação do Nordeste em 1960, com mais de 16 milhões de habitantes e com recursos em água e terra escassos no nível tecnológico que vinham sendo utilizados, aponta que a região atingiu o seu limite de modo que ou avança na revolução industrial, com conseqüente transformação nos métodos de produção agrícola ou teria de reduzir seu crescimento demográfico.

No artigo intitulado “Padrão de vida, a Industrialização e Roberto Simonsen”, em 1958, Silveira<sup>32</sup> em diversos momentos aponta as teses sobre industrialização do Simonsen como referência para sua análise da situação do país.

A principal tese de Simonsen – a elevação do padrão de vida do povo brasileiro será o fruto do desenvolvimento da indústria nacional, assim como a elevação do salário real dos trabalhadores é igual à elevação dos padrões de vida – será assumida e defendida por Mário Magalhães.

No estudo de Bielschowsky<sup>33</sup>, Roberto Simonsen é enquadrado na corrente

---

<sup>29</sup> BATIPSTA, Tatiana Wargas de Faria. “O Direito à saúde no Brasil: sobre como chegamos ao Sistema Único de Saúde e o que esperamos dele”. In.: ESCOLA Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (org.). *Textos de apoio em políticas de saúde*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2005, p. 11-41.

<sup>30</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*, p. 291.

<sup>31</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*, p. 292.

<sup>32</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*, p. 356.

<sup>33</sup> BIELSCHOWSKY, *Pensamento econômico...*

desenvolvimentista do setor privado, a qual defendia o projeto de desenvolvimento atrelado ao projeto de industrialização planejada, associado à defesa dos interesses do capital privado nacional. Esta corrente era contrária às excessivas políticas salariais distributivas de renda e ao acúmulo da poupança nacional, diferenciando-se da corrente desenvolvimentista do setor público.

Ao referenciar esse teórico, o qual desenvolveu teses em defesa da industrialização brasileira, para acumulação de capital via setor privado nacional; podemos inferir que o sanitarista, mesmo não concordando com o viés do setor privado, legitimava tal pensamento sobre a industrialização do país ao compreender o grande vazio dos anos 1950 de acumulação de capital via setor produtivo industrial, a sua preocupação esteve, sobretudo, sobre os resultados e as repercussões reais desse processo no Brasil. Ou seja, a perspectiva da população ter acesso à trabalho, salário, e poder consumir os mínimos produtos sociais.

Para Castro<sup>34</sup>, o tipo de industrialização artificial conduzido pelo país, baseado no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação, foi um dos ciclos de economia desequilibrante que contribuiu para a não superação da fome no Brasil. Ele coloca que tal fenômeno perdurou apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores da sociedade, e como consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os sucessivos ciclos de economia destrutiva da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente, o do tipo de industrialização adotada.

Todavia, avaliando o momento do governo de JK, Castro expressa que não se devia ter nenhuma reserva acerca da necessidade e da oportunidade de uma política desenvolvimentista para o Brasil. As dúvidas e possíveis divergências se encontravam no campo de execução desta política, nos elementos postos em jogo para dinamizar e orientar a emancipação econômica do país. “O atual Governo, desejoso de promover em ritmo acelerado a nossa expansão econômica, e impregnado da ideia de que só através da industrialização intensiva poderemos emancipar-nos economicamente, vem criar no nosso espírito uma certa apreensão”<sup>35</sup>:

*Somos daqueles que julgam necessário promover o desenvolvimento industrial sem, contudo, sacrificar exageradamente os investimentos no setor da economia agrária. Concentrar todo o esforço apenas num setor é estimular um desenvolvimento desequilibrado, que começará dentro de algum tempo a sofrer o impacto do desequilíbrio e a retardar o seu ritmo de expansão. No atual momento da conjuntura econômica brasileira, começamos a presenciar o fato inegável de que o atraso da agricultura nacional se constitui como um fator de estrangulamento da própria economia industrial. Só poderemos manter o ritmo de expansão da indústria brasileira e dar-lhe garantia*

<sup>34</sup> CASTRO, *Geografia da fome...*

<sup>35</sup> CASTRO, *Geografia da fome...*, p. 294.

*de sobrevivência se cuidarmos melhor de expandir e de consolidar a nossa economia agrícola.*<sup>36</sup>

Desse modo, atenta para a necessidade do aumento da produtividade na estrutura da economia agrícola do país, cujos índices de produtividade eram dos mais baixos do mundo, dificultando a obtenção de matérias-primas necessárias a uma indústria capaz de concorrer nos mercados mundiais e obter os meios de subsistência para alimentar as massas trabalhadoras dos grandes parques industriais.

Para Josué de Castro: “o desenvolvimento da agricultura é um pré-requisito para a industrialização racional”<sup>37</sup>.

Nesse debate, ambos os intelectuais, Silveira e Castro, concordam com a necessidade do desenvolvimento industrial do país a fim de potencializar a economia, observando a premissa do aumento da produtividade. O que essencialmente irá diferenciar seus pontos de vista será o planejamento deste processo industrial.

Silveira defende a industrialização como o único caminho para a solução dos problemas ligados à independência nacional e ao melhoramento dos níveis de vida da população, colocando que o setor agrário só poderia ser potencializado com a aceleração do desenvolvimento industrial: “avanço na revolução industrial, com consequente transformação nos métodos de produção agrícola”.

Por outro lado, as proposições de Castro partem da compreensão de um processo de industrialização desequilibrado no país, e que o foco neste setor conduziria à acentuação das desigualdades regionais. Ele pensa o desenvolvimento industrial atrelado ao desenvolvimento agropecuário; mais ainda, em sua leitura do Brasil agroexportador, exige, antes, uma real reforma agrária no país, enquanto pré-requisito para a expansão industrial: “só poderemos manter o ritmo de expansão da indústria brasileira e dar-lhe garantia de sobrevivência, se cuidarmos melhor de expandir e de consolidar a nossa economia agrícola”.

## **Relação campo e cidade**

Sobre essa relação, emerge a discussão das migrações populacionais no Brasil do campo para cidade, da transferência populacional, do crescimento populacional. Sobre esse tema os autores divergem.

Ao abordar o aumento do ritmo de crescimento populacional brasileiro nas décadas de 1940, 1950 e 1960, Silveira conclui que houve um incremento na natalidade e a diminuição da mortalidade, destacando que tal quadro de melhoria deveria ser atribuído principalmente ao desenvolvimento econômico do país, sem desconsiderar a contribuição das atividades de caráter sanitário que democratizaram a medicina, permitindo que muitas doenças fossem tratadas facilmente e com custos reduzidos:

*Um aumento de população desta ordem, de 41 milhões*

<sup>36</sup> CASTRO, *Geografia da fome...*, p. 295.

<sup>37</sup> CASTRO, Josué de & FURTADO, Celso. “Operação Nordeste: dois nomes, duas opiniões”. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, 1959, p. 32.

*a 71 milhões, com a economia estagnada é praticamente impossível, pois se traduziria em uma diminuição do já extraordinariamente baixo nível de vida das populações de grandes áreas do país, e a prova maior desta afirmativa é que o incremento da população não foi uniforme, sendo maior nas áreas de maior desenvolvimento.*<sup>38</sup>

Em seu artigo “Problemas sanitários dos povos subdesenvolvidos”, de 1962, o intelectual também aborda as perspectivas das variações das taxas de crescimento das populações e das variações das condições de saúde do homem através dos séculos, atribuindo o crescimento populacional às transformações na estrutura econômica dos países.

Para ele, existia uma relação positiva entre desenvolvimento econômico e o aumento populacional do país. Concorde com a tese de que a variação populacional é uma variável dependente das forças econômicas, e sua evolução, por consequência, depende da procura de mão-de-obra no mercado de trabalho.

Em texto de 1976, “Desenvolvimento, crescimento demográfico e problemas de alimentação e Nutrição”, Silveira não concorda com posicionamentos de teóricos malthusianos, ao defenderem que o aumento de população influenciaria no baixo nível de alimentação das populações. Ao contrário, o aumento populacional corresponderia ao desenvolvimento econômico dos países, e consequente melhoramento das condições de vida da população.

Na dimensão da transferência populacional, com a elevada migração do campo para cidade no processo de urbanização do país, Mário Magalhães pontua que não é oportuno discutir se isto foi um progresso ou se tal aumento incontestável na percentagem da nossa população urbana determinou uma diminuição de mão-de-obra disponível nas atividades agrícolas do país, criando dificuldades. O intelectual sanitário reflete o fenômeno guiando-se pela seguinte compreensão: o exemplo de outras nações é muito significativo, “*todos os estudiosos dos problemas demográficos afirmam que as grandes migrações humanas que se realizaram no século passado e nas primeiras décadas do atual, orientaram-se sempre do campo para a cidade, sendo acompanhadas do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, do progresso dos países que seguiram o caminho da urbanização*”<sup>39</sup>. Ressalta, todavia, que é indispensável adotar medidas que melhorem as condições de vida das populações rurais, se existe o desejo de modificar a tendência da migração rural.

Mário Magalhães expressa, ainda, que não há exagero algum em afirmar que o progresso das nações é uma contrapartida de sua urbanização, e foi por isto que o Dudley Kirk afirmou, segundo o sanitário, com toda razão: “*sem o êxodo rural para cidades e fábricas, as conquistas da civilização moderna teriam sido impossíveis*”<sup>40</sup>. Também para Simonsen, as migrações do homem, nos diversos países, assim como no Brasil, eram fundamentalmente econômicas, ideia com a qual Silveira concordava.

<sup>38</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*, p. 69.

<sup>39</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*, p. 290.

<sup>40</sup> SILVEIRA, *Política Nacional...*, p. 262.

Nesse sentido, a visão do desenvolvimento do capitalismo que surge com a experiência da revolução industrial inglesa parece influenciar enormemente o modelo de migração populacional defendido por Mário Magalhães. Com a expulsão em massa de camponeses ingleses de suas terras dando lugar ao sistema de *condoms* (lavouras de algodão), resultou a formação da classe operária, assim como o acúmulo de capital pela indústria têxtil na Inglaterra, sob os olhos da história, denominando-se como a primeira etapa da revolução industrial no capitalismo<sup>41</sup>. No caso do Brasil, de fato, houve uma grande migração populacional do campo para cidade, os ciclos produtivos no campo, o latifúndio expulsaram uma massa para as cidades, que foi absorvida pela industrialização e/ou viveram marginalizados no meio urbano.

Nesse caso, pode ser sugerido que o sanitarista ao compreender a realidade brasileira dos anos 1950, apreendia a necessidade do país passar por uma revolução industrial a fim de garantir a acumulação de capital, de bens nacionais, e a reprodução social, justificando, como necessária, a transferência populacional.

Para Josué de Castro, a urbanização representava uma fase de transição obrigatória entre a economia agrária pura e a agro-industrial. E, cita a experiência dos Estados Unidos: o fenômeno ocorreu e em volume mais violento de mobilidade social do que entre nós, sem, contudo, desequilibrar a alimentação daquele país. Ao contrário, foi um fator de estímulo da agricultura e da pecuária<sup>42</sup>.

Desse modo, o autor concorda com a questão da urbanização do país, entretanto, pontua a necessidade de que esse processo de transferência populacional não prejudique em demasia o setor agrícola, antes, o incentive.

De fato, ambos os intelectuais constataam uma realidade agrária precária no país, subdesenvolvida, como diziam, majoritariamente no Nordeste do país, e percorrem possíveis estratégias para resolução desse problema. Mário Magalhães justifica a saída do homem do campo para a cidade como necessária ao desenvolvimento industrial do país e que esse processo influenciaria as relações sociais para o aumento da produtividade do campo. Nos anos 1950, o economista Celso Furtado, importante influência para o sanitarista, justificará a migração para as cidades pelo fato de existir um superpovoamento no interior do Nordeste:

*Para absorver a mão-de-obra flutuante e diminuir a pressão demográfica no semi-árido nordestino propõe-se uma política de transferência de populações para as terras úmidas, no sentido de que estas sejam utilizadas na produção de alimentos necessários ao projeto de incremento da industrialização, necessários a uma política industrialista.*<sup>43</sup>

Furtado, nesse momento, pontua a existência de um excedente estrutural de mão-de-obra no Nordeste brasileiro e que a questão do campo poderia ser resolvida

<sup>41</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

<sup>42</sup> CASTRO, *Geografia da fome...*, p. 283.

<sup>43</sup> CASTRO & FURTADO, "Operação Nordeste...", p. 45.

com o aumento de tecnologia na produção, e o excedente populacional poderia consequentemente migrar para as cidades a fim de potencializar a industrialização; Mário Magalhães concordava plenamente com tal perspectiva.

Josué de Castro, em um debate histórico com Celso Furtado em 1959 sobre a Operação Nordeste concordará com o fomento industrial do país, e com a leitura da realidade do campo subprodutivo. Entretanto, fará algumas ponderações:

*[...] não se pode considerar que há excesso de população quando se faz um estudo comparativo de densidade de população entre o Nordeste e várias outras regiões do mundo. O Nordeste tem de ser considerado, dentro desse aspecto como uma região subpovoada, talvez uma região medianamente povoada, nunca uma região superpovoada. Isto é uma tese de princípio de geografia econômica ou geografia humana.*<sup>44</sup>

Em síntese, para Josué o desequilíbrio estrutural do Nordeste não seria resolvido transferindo a população rural para áreas urbanas devido à improdutividade do campo, e nem, tão somente, pela absorção de tecnologia à produção. Para ele, o aspecto central é a questão da terra e suas relações históricas com o homem do campo; a improdutividade do campo seria resolvida por uma profunda reforma agrária:

*O tipo de reforma que julgamos um imperativo da hora presente não é um simples expediente de desapropriação e redistribuição da terra para atender às aspirações dos sem-terra. Concebemos a reforma agrária como um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais.*<sup>45</sup>

Enquanto Furtado considerava o problema agrário como uma questão de reorganização agrícola em prol de um projeto de industrialização, que seria capaz de criar uma nova classe dirigente mais progressista, Castro entendia a reforma agrária como um imperativo político capaz de trazer para a arena política as massas excluídas dos processos de decisão e realizar um verdadeiro processo de desenvolvimento do Nordeste e do país<sup>46</sup>.

De acordo com Cardoso<sup>47</sup>, emergem, portanto, dois projetos de desenvolvimento distintos e duas visões distintas sobre reforma agrária e possibilidades do Nordeste dentro do campo de debate desenvolvimentista. Furtado tomando o

---

<sup>44</sup> CASTRO & FURTADO, “Operação Nordeste...”, p. 29.

<sup>45</sup> CASTRO, *Geografia da fome...*, p. 286.

<sup>46</sup> CARDOSO, Tayguara Torres. *O novo Nordeste: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre desenvolvimentismo e o sertão nordestino nos anos 50*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

<sup>47</sup> CARDOSO, *O novo Nordeste...*

sertão nordestino como terra de pobreza inexorável e Castro tomando-o como terra de potencialidades. As visões distintas sobre a terra e sua gente também se concretizavam na discussão sobre a industrialização e transferência de população, dois aspectos básicos das propostas de Furtado que Castro procurava discutir. Colocamos que a mesma relação poderia ser feita entre o pensamento de Silveira, concordando com Furtado, e o pensamento de Castro.

Quanto às questões do suposto superpovoamento e da proposta de transferência de população, Castro as considerava equivocadas e a transferência, cara e desnecessária e, embora comungasse da visão otimista sobre a industrialização, o intelectual pernambucano a via com maior “distanciamento” do que Furtado, afirmando que só surtiria os efeitos necessários se conjugada com uma verdadeira reforma agrária e política.

Como se agravava o desnível entre a região industrializada do Sul e as regiões predominantemente agrícolas do Norte e do Nordeste do país, a situação do Nordeste constituía-se no mais grave problema nacional, ameaçando não só a economia, mas mesmo a segurança nacional. Ao promover o desenvolvimento econômico do país ficava o governo JK um tanto perplexo diante do dilema do pão e do aço, ou seja, de investir suas escassas disponibilidades na obtenção de bens de consumo ou de concentrá-las na industrialização intensiva, sacrificando durante um certo tempo as aspirações de melhoria social da coletividade, avalia Josué de Castro.

Em relação ao dilema do pão e do aço, em “Geografia da fome”, Josué tecerá as seguintes observações:

*A tendência predominante entre os economistas é de que se deve concentrar de início todo o esforço no aço, ou seja, na industrialização, obrigando a coletividade a participar com seu sacrifício na obra de recuperação nacional. É o que se chama de pagar o custo do progresso indispensável à emancipação econômica. Devemos, entretanto, não exagerar este custo, não tender demasiado ao exclusivismo porque a realidade social não se cinge apenas no economismo puro, mais sim na expressão econômico-social de um povo. A solução ao dilema não está no atendimento exclusivo ao pão ou ao aço, mas simultaneamente ao pão e ao aço, em proporções impostas em face das circunstâncias sociais e das disponibilidades econômicas existentes.<sup>48</sup>*

A partir deste dilema, podem ser apreendidas as diferentes perspectivas entre Mário e Josué. Este, percebendo o desenvolvimento brasileiro *pari passo* ao aço e ao pão, ou seja, dependendo da industrialização e da reforma agrária; e, aquele, entendendo a necessidade da priorização do aço, da acumulação de capital industrial, do “sacrifício e do esforço dos nordestinos”, do aumento do poder de

---

<sup>48</sup> CASTRO, *Geografia da fome...*, p. 283.

compra do país, do desenvolvimento das forças produtivas, e, tudo isso resultaria na potencialização do pão.

Assim, ao serem percorridas as caracterizações dos autores sobre a questão do desenvolvimento, da industrialização e da relação campo e cidade, tornou-se possível traçar o projeto de Desenvolvimento pensado e difundido por Mário Magalhães e Josué de Castro. Castro apreendendo o caráter do Desenvolvimento na perspectiva da formação do homem; com a defesa da industrialização mediante o adequado planejamento do Estado em articulação, centralmente, com a reforma agrária do Brasil; compreende o campo como potencial de produtividade material para arrancar as massas da miséria e da fome; e, ao discutir a desigualdade regional atenta para o Nordeste e a necessidade de reforma agrária. E, Silveira defendendo o desenvolvimento das forças produtivas na dimensão econômica/material; a ampla industrialização do país; observa a inevitabilidade das migrações do campo para cidade, e necessárias para a formação de uma massa proletária urbana; entende o Nordeste como região potencialmente de pólo industrial.

### **Considerações Finais**

No cenário brasileiro da saúde dos anos 1950 e 1960, a força do debate desenvolvimentista fez-se tão presente que na III Conferência Nacional da Saúde, em 1963, espaço de confluência de decisões políticas na saúde, adotou-se como tese principal a relação ‘Saúde e Desenvolvimento Econômico’. O pensamento hegemônico fora a compreensão de que os resultados da melhora em saúde adviriam do desenvolvimento econômico do país.

Para Barbosa e Koury<sup>49</sup> havia certa confluência teórica em torno do projeto desenvolvimentista atado a um projeto de nação, muitos intelectuais teorizavam sobre o potencial produtivo da nação, a partir de uma ótica que transcendia o terreno econômico, para abarcar suas relações com a sociedade, política e cultura. Atuavam no sentido de alargar as estruturas sociais para permitir que o desenvolvimento – tal como o interpretavam – pudesse integrar o território, gestando uma nação menos desigual. Nesse sentido, puderam ser evidenciados intelectuais comprometidos com o ideário de projeto de Nação, o Mário Magalhães da Silveira e o Josué de Castro.

Ambos discutiram sobre um projeto de desenvolvimento a ser construído no Brasil. Além de um projeto de superação da condição de país subdesenvolvido, da pobreza, da fome, enfim, eles estiveram preocupados com um projeto de Nação brasileira, cada um com seu olhar, com suas significações. Uma nação economicamente soberana e auto-suficiente a partir do desenvolvimento de suas forças produtivas, e que garantisse a toda a população o acesso aos bens de consumo e serviços essenciais.



---

<sup>49</sup> BARBOSA, Alexandre de Freitas & KOURY, Ana Paula. “Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação”. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 21, n. especial, dez. 2012, p. 1075-1113.



## RESUMO

O cenário brasileiro dos anos 1950 e 1960 foi marcado por um ciclo ideológico nacional-desenvolvimentista. No campo da saúde pública, destacava-se o debate da relação entre saúde e desenvolvimento, tendo forte expressão o grupo de intelectuais que defendiam o sanitarismo desenvolvimentista, com importante influência do médico-sanitarista Mário Magalhães da Silveira e do médico e intelectual Josué de Castro. Desse modo, o objetivo desse artigo é analisar as concepções teóricas sobre a questão “saúde e desenvolvimento” no pensamento sanitário de Mário Magalhães e Josué de Castro. Para tal, foi desenvolvida uma revisão crítica da literatura sobre a produção textual dos intelectuais, enfocando os livros *Geografia da Fome e A estratégia do desenvolvimento*, de Josué de Castro, e o livro *A trindade desvelada: economia, saúde e população* de Mário Magalhães. Assim, foram sistematizadas as contribuições dos intelectuais sobre as questões de: saúde pública, desenvolvimento econômico, industrialização e a relação campo e cidade.

**Palavras Chave:** Saúde Pública; Pensamento Sanitário; Desenvolvimento.

## ABSTRACT

The Brazilian scene of the 1950s and 1960s was marked by a national-developmental ideology cycle. In the field of public health, the debate contrasted the relation between health and development, with strong expression group of intellectuals who advocated sanitarianism-developmental, with significant influence from the medical-sanitary Mário Magalhães da Silveira and medical and intellectual Josué de Castro. Thus, the aim of this article is to analyze the theoretical concepts on the issue “health and development” in the sanitary thought Mário Magalhães and Josué de Castro. For such a critical review of the literature on textual production of intellectuals, focusing on the books *Hunger Geography and The development strategy*, by Josué de Castro, and *The trinity unveiled: economy, health and population*, by Mário Magalhães. So were systematized the contributions of intellectuals on issues of: public health, economic development, industrialization and the relation field and city.

**Keywords:** Public Health; Sanitary Thought; Development.

Artigo recebido em 11 set. 2014.

Aprovado em 17 out. 2014.